# No. 50857\*

# Brazil and Ecuador

Technical cooperation agreement in the field of tourism between the Government of the Federative Republic of Brasil and the Government of the Republic of Ecuador. Brasilia, 4 April 2007

**Entry into force:** 21 May 2010 by notification, in accordance with article VII

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 2 May 2013

No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.

# Brésil et Équateur

Accord de coopération technique dans le domaine du tourisme entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de l'Équateur. Brasilia, 4 avril 2007

Entrée en vigueur : 21 mai 2010 par notification, conformément à l'article VII

Textes authentiques: portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies: Brésil, 2 mai 2013

Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes réproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.

#### [ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DO TURISMO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Equador (doravante denominados "Partes"),

Considerados os laços de cooperação e amizade existentes entre as Partes;

Considerando as reuniões e consultas bilaterais mantidas entre o Ministério do Turismo do Brasil e o Ministério do Turismo do Equador;

Convencidos de que o turismo é um excelente instrumento para promover não apenas o desenvolvimento econômico, como também a compreensão, a boa vontade e a aproximação entre seus povos;

Cientes da necessidade de promover cooperação entre as Partes no domínio do turismo,

Acordam o seguinte:

#### ARTIGO I

1. As Partes fomentarão e apoiarão, após ajuste de suas normas, a base de benefícios recíprocos que serão analisados e determinados em acordos específicos e a cooperação na área do turismo ao facilitar e incentivar o fluxo turístico em ambas as direções.

- 2. As Partes, em consonância com suas respectivas legislações, estimularão a colaboração entre seus órgãos oficiais de turismo e outras organizações correlatas. Tal cooperação poderá contemplar tanto intercâmbio de informações quanto transferência de tecnologia no campo da indústria turística, assim como desenvolvimento de atividades promocionais conjuntas e intercâmbio de técnicos e funcionários da área de turismo.
- 3. As Partes buscarão promover cooperação entre entidades do setor privado de seus respectivos países, com vistas a desenvolver a infra-estrutura para viagens turísticas.

#### **ARTIGO II**

- 1. As Partes, por meio de seus órgãos oficiais de turismo, intercambiarão informações sobre suas legislações em vigor, inclusive as relacionadas à proteção e conservação de seus recursos naturais e culturais, hospedagem para turistas, agências de viagem, facilidades para férias, para organizar exposições, convenções, congressos e outros eventos em seus respectivos territórios.
- 2. As Partes buscarão assegurar que as organizações turísticas encarregadas de promover propaganda ou informação respeitem a realidade cultural, histórica e social de cada país.
- 3. As Partes, em concordância com suas respectivas legislações, procurarão facilitar a importação e a exportação de documentos e de material de promoção turística.
- 4. As Partes deverão promover a discussão e o intercâmbio de informações sobre taxas e investimentos, assim como incentivos que cada país ofereça aos investidores estrangeiros.

#### ARTIGO III

- 1. As Partes facilitarão o estabelecimento e a operação em seus respectivos territórios de órgãos de promoção turística do outro país, aos quais fica vedada qualquer atividade comercial.
- 2. As Partes promoverão a cooperação entre analistas, consultores e peritos de ambos os países, com vistas a elevar o nível de especialização e profissionalismo de pessoas envolvidas na promoção e desenvolvimento do turismo.
- 3. As Partes promoverão intercâmbio de informações sobre planejamento, programas de estudo, métodos e sistemas de treinamento para professores e instrutores em assuntos técnicos.

4. As Partes estimularão alunos e professores de turismo a aproveitar as oportunidades de bolsas de estudo oferecidas por faculdades, universidades e centros de treinamento do outro país.

#### **ARTIGO IV**

- 1. As Partes darão prioridade, na promoção do turismo, aos setores em que cada uma delas tiver identificado suas necessidades específicas, especialmente nas áreas culturalmente mais representativas.
- 2. As Partes promoverão visitas recíprocas de representantes da mídia, agentes de viagem e operadores de turismo, com o objetivo de assegurar que as informações sobre atrações turísticas de cada uma das Partes sejam divulgadas na outra e consistam em elemento referencial para intercâmbio de experiências.
- 3. Cada uma das Partes participará, sempre que possível e às suas próprias expensas ou por meio de mecanismo de custos compartilhados, acordado pelas Partes em documento específico, de exposições, congressos, feiras e outras atividades promocionais organizadas pela outra Parte.
- 4. As Partes, com vistas à efetivação do previsto no parágrafo 3, intercambiarão calendários de eventos anuais, de âmbito tanto internacional quanto nacional.
- 5. Obedecidas às leis e regulamentos internos, as Partes intercambiarão informações e resultados sobre mecanismos institucionais criados para promoção de "marketing", com o objetivo de conhecer sua estrutura e funcionamento e definir possibilidades de cooperação que permitam promover a oferta turística de cada país no outro.

#### ARTIGO V

- 1. De conformidade com as leis e regulamentos internos, as Partes atuarão de acordo com as recomendações da Organização Mundial do Turismo, estimulando a adoção de seus padrões e práticas que, aplicados pelos Governos, facilitarão o desenvolvimento do turismo.
- 2. De conformidade com as leis e regulamentos internos, as Partes promoverão sua cooperação e participação efetiva no âmbito da Organização Mundial do Turismo.
- 3. De conformidade com as leis e regulamentos internos, as Partes comprometem-se a envidar esforços a fim de restringir as atividades turísticas relacionadas com abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana.

4. De conformidade com as leis e regulamentos internos, as Partes acordam intercambiar informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito da prevenção e combate da exploração sexual comercial de menores em atividades de turismo, tendo como base a "Declaração de São Vicente para a Proteção dos Menores contra a Exploração pelo Turismo Sexual" (Organização Mundial do Turismo, Valle d'Aosta, Itália, abril de 1995).

#### ARTIGO VI

As Partes acordam que assuntos pertinentes ao turismo e à indústria turística, bem como os resultados obtidos por intermédio de colaboração mútua, serão discutidos em reuniões bilaterais por representantes de seus órgãos oficiais de turismo. Essas reuniões serão agendadas por canais diplomáticos, com a frequência que se fizer necessária, e realizadas alternadamente em cada um dos países.

#### **ARTIGO VII**

- 1. Este Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda Nota pela qual as Partes comuniquem o cumprimento das formalidades estabelecidas pela legislação de cada país.
- 2. O presente Acordo vigorará por cinco anos, automaticamente renovável por iguais períodos, caso não haja negativa, oposição ou denúncia por qualquer das Partes mediante notificação escrita, por via diplomática, com antecedência mínima de noventa dias a contar da data de conclusão de um período de vigência.
- 3. Este Acordo poderá ser revisado, emendado ou complementado pelas Partes, de comum acordo, a qualquer momento, entrando em vigor as alterações na data de recebimento da Nota de resposta. Qualquer divergência sobre sua interpretação ou execução será resolvida por via diplomática.

Feito em Brasília, em 4 de abril de 2007, em dois exemplares originais, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministra do Turis

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO EQUADOR:

> Ministra de Relações Exteriores, Comércio e Integração

#### [ SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL ]

# ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA EN TURISMO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

У

El Gobierno de la República del Ecuador (de ahora en adelante denominados las "Partes"),

Considerando los lazos de amistad y cooperación existentes entre ambas Partes;

Considerando las reuniones y consultas bilaterales que mantienen el Ministerio de Turismo de Brasil y el Ministerio de Turismo del Ecuador;

Convencidos de que el turismo es un excelente instrumento para promover no solamente el desarrollo económico, sino también la comprensión, la buena voluntad y la aproximación entre sus pueblos;

Conscientes de la necesidad de promover la cooperación entre las Partes en el dominio del turismo,

Acuerdan lo siguiente:

#### ARTÍCULO I

- 1. Las Partes fomentarán y apoyarán, ajustándose a su normativa, a base de beneficios recíprocos que serán analizados y determinados en acuerdos específicos, la cooperación en el área del turismo, facilitando e incentivando el flujo turístico en ambas direcciones.
- 2. Las Partes, conforme a sus respectivas legislaciones, estimularán la colaboración entre sus organismos oficiales de turismo y otras organizaciones correlacionadas. Dicha cooperación podrá contemplar tanto el intercambio de informaciones cuanto la transferencia de tecnología en el campo de la industria turística, el desarrollo de actividades promocionales conjuntas y el intercambio de técnicos y funcionarios del área del turismo.

3. Las Partes buscarán promover la cooperación entre entidades del sector privado de sus respectivos países, procurando el desarrollo de la infraestructura para viajes turísticos

### ARTÍCULO II

- 1. Las Partes, por intermedio de sus organismos oficiales de turismo, intercambiarán informaciones sobre sus legislaciones vigentes, incluyendo las relacionadas a la protección y conservación de sus recursos naturales y culturales, hospedaje para turistas, agencias de viaje, facilidades para vacacionar, para organizar exposiciones, convenciones, congresos y otros eventos en sus respectivos territorios.
- 2. Las Partes buscarán asegurar que las organizaciones turísticas encargadas de promover propaganda o información respeten la realidad cultural, histórica y social de cada país.
- 3. Las Partes, conforme a sus respectivas legislaciones, procurarán facilitar la importación y exportación de documentos y de material de promoción turística.
- 4. Las Partes deberán promover la discusión y el intercambio de informaciones sobre tasas e inversiones, bien así de incentivos que cada país ofrezca a los inversionistas extranjeros.

#### ARTÍCULO III

- 1. Las Partes facilitarán el establecimiento y la operación en sus respectivos territorios de organismos de promoción turística del otro país, quedando prohibido a ellos ejercer cualquier actividad comercial.
- 2. Las Partes promoverán la cooperación entre analistas, consultores y expertos de ambos países, con el objeto de elevar el nivel de especialización y profesionalismo de personas involucradas en la promoción y desarrollo del turismo.
- 3. Las Partes promoverán el intercambio de informaciones sobre planificación, programas de estudio, métodos y sistemas de entrenamiento para profesores e instructores en asuntos técnicos.
- 4. Las Partes estimularán a alumnos y profesores de turismo a aprovechar las oportunidades de becas de estudio ofrecidas por facultades, universidades y centros de entrenamiento del otro país.

## ARTÍCULO IV

- 1. Las Partes darán prioridad, en la promoción del turismo, a los sectores en que cada una de ellas identifique sus necesidades específicas, especialmente en las áreas culturalmente más representativas.
- 2. Las Partes promoverán visitas recíprocas de representantes de los medios de comunicación, agentes de viaje y operadoras de turismo, con el objeto de asegurar que las informaciones sobre las atracciones turísticas de cada uno de los países sean divulgadas en el outro, y sean elemento referencial para el cruce de experiencias.
- 3. Cada una de las Partes participará, siempre que sea posible, cubriendo sus costos de participación o a través de un mecanismo de costos compartidos acordado por las Partes en un documento específico, en exposiciones, congresos, ferias y otras actividades promocionales organizadas por la otra Parte.
- 4. Las Partes, a fin de efectivizar lo previsto en el párrafo 3, intercambiarán calendarios de eventos anuales, tanto de ámbito internacional cuanto nacional.
- 5. Conforme a las leyes y reglamentos internos, las Partes acuerdan intercambiar informaciones y resultados sobre los mecanismos institucionales creados para la promoción y mercadeo, con el objeto de conocer su estructura y funcionamiento y definir posibilidades de cooperación que permitan promocionar la oferta turística de cada país en el otro.

# ARTÍCULO V

- 1. Conforme a las leyes y los reglamentos internos, las Partes actuarán de acuerdo con las recomendaciones de la Organización Mundial del Turismo, estimulando la adopción de sus modelos y prácticas, que al ser aplicados por los Gobiernos, facilitarán el desarrollo del turismo.
- 2. Conforme a las leyes y reglamentos internos, las Partes promoverán su cooperación y participación efectiva en el marco de la Organización Mundial del Turismo.
- 3. Conforme a las leyes y reglamentos internos, las Partes se comprometen a sumar esfuerzos a fin de restringir las actividades turísticas relacionadas con los abusos de naturaleza sexual y otras que afecten la dignidad humana.

4. Conforme a las leyes y reglamentos internos, las Partes acuerdan intercambiar informaciones y resultados de estudios y proyectos realizados en el ámbito de la prevención y combate de la explotación sexual comercial de menores en actividades de turismo, teniendo como base la "Declaración de San Vicente para la Protección de los Menores contra la Explotación por el Turismo Sexual" (Organización Mundial del Turismo, Valle d'Aosta, Italia, abril de 1995).

# ARTÍCULO VI

Las Partes acuerdan que asuntos pertinentes al turismo y a la industria turística, bien así los resultados obtenidos por intermedio de colaboración mutua, serán discutidos en reuniones bilaterales por representantes de sus organismos oficiales de turismo. Estas reuniones serán marcadas por canales diplomáticos, con la frecuencia necesaria y realizadas en cada uno de los países en forma alternada.

## ARTÍCULO VII

- 1. Este Acuerdo entrará en vigencia en la fecha de recibo de la segunda Nota por la cual las Partes comunican el cumplimiento de las formalidades establecidas por la legislación de cada país.
- 2. El presente Acuerdo regirá por cinco años, automáticamente renovable por iguales períodos, si no procede negativa, oposición o denuncia por cualquiera de las Partes mediante notificación escrita, por vía diplomática, con antecedencia mínima de noventa días contados a partir de la fecha de conclusión de un período de vigencia.
- 3. Este Acuerdo podrá ser revisado, enmendado o complementado por las Partes, de común acuerdo, entrando en vigencia las alteraciones en la fecha de recibimiento de la Nota de respuesta. Cualquier divergencia sobre su interpretación o ejecución será resuelta por vía diplomática.

Suscrito en Brasilia, el 4 de abril de 2007, en dos originales, en los idiomas portugués y español, siendo cada texto igualmente auténtico.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL: POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR: